

BAHIA ANÁLISE & DADOS
TRANSFERÊNCIA DE RENDA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Data limite para entrega de artigo: 30 de outubro de 2009

Data prevista para lançamento da publicação: dezembro de 2009

Coordenação editorial: Célia Sganzerla e Marcelo Santana

Editor: Francisco Baqueiro Vidal

E-mail: aedtransferencia@sei.ba.gov.br

Telefones: (71) 3115-4709 (Célia Sganzerla) e (71) 3115-4800 (Marcelo Santana)

Como enviar seu artigo

A partir de 13 de julho de 2009, a Revista *Bahia Análise & Dados* estará aceitando propostas de artigos para um volume cujo tema é *Transferência de renda e desenvolvimento regional*. Esse periódico é publicado trimestralmente pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento estadual.

Editada e registrada no *International Standard Serial Number* (ISSN) desde 1991, posteriormente indexada ao *Ulrich's International Periodicals Directory* e ao sistema Qualis, da Capes, em 2002, a Revista elevou progressivamente sua credibilidade e reconhecimento graças à abrangência de seu conteúdo e ao elevado nível de seus colaboradores. Com seus números mais recentes disponíveis para consulta no sítio da Instituição (www.sei.ba.gov.br), *Bahia Análise & Dados* vem alcançando um público amplo e diversificado, sendo muito demandada por instituições de ensino e pesquisa e por órgãos de planejamento.

Na literatura que trata de questões socioeconômicas, especialmente daquelas vinculadas à redução das desigualdades de renda no país, são frequentes os estudos sobre os efeitos das transferências de renda na qualidade de vida das famílias e dos indivíduos beneficiários. Sabe-se que os programas de transferência de renda direta estão sujeitos, geralmente, a uma

contrapartida das famílias no que se refere a cuidados com a saúde, à frequência escolar e, mais recentemente, à qualificação de mão de obra, visando uma inserção das gerações mais jovens no mercado de trabalho. Todavia, percebe-se uma carência relativa de trabalhos que se proponham analisar esta questão da perspectiva dos impactos sobre os recortes municipais. Ademais, em relação aos próprios municípios, ganham relevo as transferências oriundas de fundos públicos. Torna-se necessária, então, uma articulação entre essas duas perspectivas de análise para se atingir uma compreensão mais apropriada das possibilidades efetivas de se engendram distintos processos de desenvolvimento regional. De outro modo, cabem aqui algumas importantes questões. Podem as transferências diretas e indiretas de renda retirar, em médio e longo prazos, indivíduos e municípios de um estágio de extrema dependência desses recursos? Quais as possibilidades e limites que tal conjunto de transferências pode apresentar no tocante à geração do desenvolvimento social e econômico nos municípios? Que condições são exigidas para seu êxito? Da pertinência da obtenção de respostas oportunas a tais questionamentos decorre a proposta do tema desse volume.

Para efeito desta proposta temática, as transferências de renda diretas à população são aqui definidas como aquelas apropriadas diretamente pelos cidadãos beneficiários. São exemplos as aposentadorias rurais que não exigem contribuição prévia do beneficiário, o Programa Bolsa Família e outros. Os principais programas de transferência de renda direta à população alcançam um universo relativamente amplo de famílias pobres, bastante presentes nos municípios nordestinos, em geral, e baianos, particularmente. Entre outros objetivos, visam melhorar aspectos nutricionais, bem como promover maior acesso à saúde e educação. As políticas de transferência de renda direta têm sido, assim, objeto de inúmeros estudos de impacto sob óticas distintas, observando-se, de modo geral, uma avaliação positiva no que se refere a sua repercussão na renda das famílias pobres e no acesso dos indivíduos aos serviços públicos básicos. Admite-se, entretanto, que pouco se conhece sobre os efeitos dos referidos programas na dinâmica socioeconômica dos municípios, embora tais efeitos normalmente se expressem por uma melhoria de diversos

www.sei.ba.gov.br

indicadores, contribuindo, ademais, para reduzir as próprias desigualdades sociais e espaciais.

Por seu turno, as transferências de recursos públicos oriundos de outras esferas governamentais para os municípios brasileiros, sobretudo em sua modalidade não negociada (com destaque para as transferências constitucionais), são feitas de modo que estes possam complementar suas receitas e suprir as demandas da população por serviços públicos, dado que estas normalmente ultrapassam sua capacidade de investimento. Configuram, assim, uma transferência indireta de renda à população, uma vez que, depois de direcionadas aos Executivos municipais, destinam-se, sobretudo, à melhoria da infraestrutura dos serviços públicos locais de educação e saúde. No tocante a montantes de recursos públicos envolvidos, são exemplos principais: o Fundo de Participação dos Municípios (FPM); o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef); e o Sistema Único de Saúde (SUS), todos relativos ao âmbito federal; e a cota-parte do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), especificamente da esfera estadual. Como se sabe, uma reduzida autonomia quanto a receitas próprias caracteriza a maioria dos municípios brasileiros, sobretudo aqueles localizados nas regiões menos desenvolvidas do país.

Para fins de análise e formulação de políticas públicas, pode-se afirmar que o combate às desigualdades sociais e espaciais no país envolve tanto o âmbito familiar/individual quanto o de unidades políticas, como os municípios. Há muito que se investigar, portanto, acerca da eficácia das transferências de renda na perspectiva do desenvolvimento regional e de sua relação com as políticas públicas e determinados gastos estatais para além de seus efeitos mais imediatos sobre a pobreza e as desigualdades sociais. Para tanto, é necessário analisar a evolução das unidades municipais, buscando estabelecer possíveis nexos entre as funções

www.sei.ba.gov.br

constitucionais e os objetivos originais das transferências de renda a elas destinadas e sua realidade socioeconômica.

Em três eixos de abordagem, a publicação pretende contemplar trabalhos sobre a questão das transferências de renda e suas possibilidades efetivas de engendrar processos de desenvolvimento social e econômico nas unidades municipais. O primeiro eixo, de escopo mais global, busca atrair, entre outros, contribuições conceituais e parâmetros comparativos, inclusive para fins de subsídio à análise e formulação de políticas públicas mais ajustadas à promoção do desenvolvimento. Assim, os trabalhos direcionados a este eixo poderão conter análises das políticas de transferência de renda e seus impactos socioeconômicos em unidades da federação e, eventualmente, em outros países latino-americanos. Por outro lado, o segundo e terceiro eixos buscam suscitar abordagens mais específicas e detalhadas em relação às duas principais modalidades de transferência de renda já citadas (diretas e indiretas). Nesse particular, sugere-se que os artigos privilegiem, sempre que possível, o estado da Bahia, inclusive no tocante a análises comparativas diversas.

Primeiro eixo – Possibilidades e limites das transferências de renda no combate às desigualdades socioespaciais:

- políticas de transferência de renda como modelo para enfrentamento da pobreza e do desemprego;
- papel das transferências de renda nas transformações socioeconômicas contemporâneas;
- eficácia das transferências de renda para o combate às desigualdades sociais e espaciais;
- análises de modelos distintos de transferência de renda;
- alternativas de redução ou eliminação da dependência social e municipal em relação às transferências de renda.

Segundo eixo – Transferências de renda diretas e desenvolvimento municipal:

www.sei.ba.gov.br

- correlações entre transferências de renda diretas e indicadores de desenvolvimento socioeconômico;
- processos de desenvolvimento em municípios ou regiões com elevada dependência de transferências de renda diretas: impactos, possibilidades e limites;
- análises comparativas de custos de oportunidade entre recursos alocados nas transferências de renda diretas e em políticas alternativas;
- impactos da alocação dos benefícios provenientes das transferências de renda diretas à população na economia dos municípios.

Terceiro eixo – Transferências de renda indiretas e desenvolvimento municipal:

- participação das transferências de renda indiretas na economia dos municípios;
- análise da dependência dos municípios em relação às transferências de renda indiretas;
- vinculações entre volume de recursos transferidos e qualidade de resultados alcançados.

Vale lembrar que serão recebidos artigos que abordem, teórica ou empiricamente, os temas expostos. Deve-se atentar que, para tanto, além de estarem de acordo com a pauta temática proposta, os artigos, preferencialmente inéditos, deverão respeitar as normas para publicação indicadas a seguir. Após seu recebimento, os trabalhos serão submetidos ao exame do Conselho Editorial da Revista. Sendo aceitos, seus autores receberão, gratuitamente, dois exemplares da edição que os veiculam.

Normas

1. Artigos

Os artigos devem:

- ser enviados por e-mail, preferencialmente, desde que os arquivos não excedam o limite de dois megabytes; acima desse limite, em mídia de CD-ROM, acompanhada de cópia impressa;

www.sei.ba.gov.br

- ser apresentados em editor de texto de maior difusão (Word), formatado com entrelinhas de 1,5, margem esquerda de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, superior de 2,5 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12;
- ser assinados por, NO MÁXIMO, três autores;
- incluir, em nota de rodapé, os créditos institucionais do autor, referência a atual atividade profissional, titulação, endereço para correspondência, telefone, e-mail;
- ter, no mínimo, 15 páginas e, no máximo, 25;
- vir acompanhado de resumo e *abstract* com, no máximo, 10 linhas, entrelinha simples, contendo, quando cabível, tema, objetivos, metodologia, principais resultados e conclusões; abaixo do resumo e do *abstract*, incluir até cinco palavras-chave e *keywords*, separadas entre si por ponto e finalizadas também por ponto;
- apresentar padronização de título, de forma a ficar claro o que é TÍTULO e SUBTÍTULO; o título deve se constituir de palavra, expressão ou frase que designe o assunto ou conteúdo do texto; o subtítulo, apresentado em seguida ao título e dele separado por dois pontos, visa esclarecê-lo ou complementá-lo;
- contar com tabelas e demais tipos de ilustrações (desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, fotos, gráficos, mapas etc.), numeradas consecutivamente com algarismos arábicos, na ordem em que forem citadas no texto, com os títulos, legendas e fontes completas, e suas respectivas localizações assinaladas no texto;
- conter todo e qualquer tipo de ilustração acompanhado dos originais, de forma a garantir fidelidade e qualidade na reprodução; se as fotografias forem digitalizadas, devem ser escaneadas em 300 dpis (CMYK), com cor real e salvas com a extensão TIFF; se forem em preto e branco, devem ser escaneadas em 300 dpis, em tons de cinza; se for usada máquina digital, deve-se utilizar o mesmo procedimento com relação a dpi e extensão, de acordo com o item “Ilustrações” do Manual de Redação e Estilo da SEI, disponibilizado em www.sei.ba.gov.br, no menu “Publicações”;

www.sei.ba.gov.br

- destacar citações diretas que ultrapassem 3 linhas, apresentado-as em outro parágrafo, com recuo de 4 cm à esquerda, tamanho de fonte 10 e sem aspas (NBR 10520:2002 da ABNT);
- quando da inclusão de depoimentos dos sujeitos, apresentá-los em parágrafo distinto do texto, entre aspas, com letra e espaçamento igual ao do texto e recuo esquerdo, de todas as linhas, igual ao do parágrafo;
- evitar as notas, sobretudo extensas, usando-as apenas quando outras considerações ou explicações forem necessárias ao texto, para não interromper a sequência lógica da leitura e não cansar o leitor;
- indicar as notas de rodapé por números arábicos, aparecendo, preferencialmente, de forma integral na mesma página em que forem inseridas;
- conter referências completas e precisas, adotando-se o procedimento informado a seguir.

2. Referências

No transcorrer do texto, a fonte da citação direta ou da paráfrase deve ser indicada pelo sobrenome do autor, pela instituição responsável ou pelo título da obra, ano e página. Quando incluída na sentença, deve ser grafada em letras maiúsculas e minúsculas e, quando estiver entre parênteses, deve ter todas as letras maiúsculas. Exemplos:

A estruturação produtiva deveria se voltar para a exploração econômica de suas riquezas naturais, conforme esclarece Castro (1980, p. 152);

“O outro lado da medalha dessa contraposição da Inglaterra civil e adulta às raças selvagens e de minoridade é o processo pelo qual a barreira, que na metrópole divide os servos dos senhores, tende a perder a sua rigidez de casta” (LOSURDO, 2006, p. 240).

No final do artigo, deve aparecer a lista de referências, em ordem alfabética, em conformidade com a norma NBR 6023:2002 da ABNT. Exemplos:

PARA LIVROS:

www.sei.ba.gov.br

- BORGES, Jafé; LEMOS, Gláucia. *Comércio baiano: depoimentos para sua história*. Salvador: Associação Comercial da Bahia, 2002.

PARA ARTIGOS E/OU MATÉRIA DE REVISTA, BOLETIM ETC.:

- SOUZA, Laumar Neves de. Essência x aparência: o fenômeno da globalização. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 12, n. 3, p. 51-60, dez. 2002.

PARA PARTES DE LIVROS:

- MATOS, Ralfo. Das grandes divisões do Brasil à idéia do urbano em rede tripartite. In: _____. (Org.). *Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: C/Arte, 2005. p. 17-56.

Na lista de referências, os títulos dos livros devem aparecer sempre em itálico. Os subtítulos, apesar de citados, não recebem o mesmo tratamento. No caso de artigo/matéria de revista ou jornal, o itálico deve ser colocado no título da publicação. A lista de referências deve ser alinhada à esquerda, e conter apenas os trabalhos efetivamente utilizados na elaboração do artigo.

3. Originais

Os originais apresentados serão considerados definitivos. Caso sejam aprovados, as provas só serão submetidas ao autor quando solicitadas previamente. Serão, também, considerados como autorizados para publicação por sua simples remessa à Revista, não implicando pagamento de direitos autorais. A Coordenação Editorial, em caso de aceitação do texto, reserva-se o direito de sugerir ou modificar títulos, formatar tabelas e ilustrações, entre outras intervenções, a fim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela Instituição e expresso no Manual de Redação e Estilo da SEI, disponibilizado em www.sei.ba.gov.br, no menu “Publicações”. Compromete-se, ainda, a responder por escrito aos autores e, em caso de recusa, a enviar os resumos dos pareceres aos mesmos.